

2

Definições iniciais: modernidade, empresa moderna e escritório

A definição mais imediata de escritórios de arquitetura é aquela que os classifica como empresas que trabalham preferencialmente para o mercado da construção civil sendo, portanto, governados por estruturas de risco; tendo tais estruturas, como principais componentes, a figura do cliente, as limitações financeiras, as imposições da legislação urbanística e, igualmente, o custo que a própria organização enquanto empresa impõe.

Para melhor entendermos os diversos aspectos que a noção de escritório implica, definiremos inicialmente o conceito de modernidade que nos servirá de referência, o que seria uma empresa moderna e, finalmente então, o que seria um escritório.

2.A

Modernidade

Para se construir qualquer argumentação que seja uma peça de análise histórico-social de fatos e dinâmicas em um campo cultural estabelecido durante a primeira metade do século XX, exige-se, a priori, um entendimento do conceito de modernidade como um processo extremamente difuso e abrangente. No entanto como a ideia de modernidade, sendo um conceito, pressupõe equivocidade, por vezes tal complexidade pode se tornar um empecilho quando da decisão de qual *frame* seria o mais adequado ao assunto a ser estudado.

Propõe-se, então, que a ideia de modernidade rompa os limites da classificação historiográfica da arquitetura moderna (em geral, enquadrada do início do século XX até a década de 1960) e que se parta de um entendimento de modernidade num sentido mais amplo; da modernidade como uma configuração comum à sociedade ocidental, em um processo que se inicia no século XV com o rompimento com a transcendência totalizante medieval e que terá seu auge no século XX.

Esse processo, na maioria das teorizações do século XIX, se estabelece em relação direta com o desenvolvimento do capitalismo. Seja em Marx, Tocqueville, Saint-Simon / Comte ou Max Weber, a modernidade é conectada ao desdobramento da lógica capitalista sobre o ocidente, num contínuo irresistível e inevitável, apesar de cada um apontar para um desenrolar distinto desse movimento. Para Marx, esse desenvolvimento produziria e agravaria progressivamente a luta de classes, levando à revolução, através da qual a sociedade ressurgiria reconciliada consigo mesma; para Toqueville, tal desdobramento seria o crescimento da ideia de democracia, que levaria a uma maior igualdade entre os homens, alcançada pelo crescimento do Estado regulador, e onde o grande aumento das classes intermediárias – visto ser uma sociedade igualitária – determinaria o predomínio de uma “mediocridade tumultuosa e sem profundidade”¹; para Saint-Simon/Comte, o desenvolvimento do capitalismo desmontaria as religiões e as crenças teológicas, sendo estas substituídas pela fé na ciência; e para Max Weber, o alastramento do capitalismo seria um processo de racionalização de toda a sociedade, respondendo a demandas que têm suas raízes em questões éticas, e que restringe o espaço da subjetividade e ordena todo o fazer e pensar dessa sociedade.

Tomar-se-a aqui, então, o pensamento de Max Weber como um dos principais referenciais teóricos deste texto. Sua proposição de modernidade, entendida como o lento desdobramento de um “racionalismo de dominação” que, apesar de partir de questões econômicas e sociológicas, transborda-as e propõe uma leitura do estabelecimento de um contexto institucional para o impulso subjetivo, pode mostrar-se bastante adequada e produtiva para a análise de organizações do trabalho e questões da arquitetura do século XX que serão aqui tratadas.

2.A.1

A modernidade de Max Weber

A modernidade proposta por Max Weber constitui-se de uma leitura do caminhar do que ele nomeia de "universo burocrático racionalista". Sob tal

¹ TOQUEVILLE, A. Apud. ARON, Raymond. **Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial**. São Paulo: Martins Fontes, 1881.p.32.

universo subjazeria um ethos econômico moderno, que Weber investiga principalmente em seu livro mais conhecido: “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”², cuja primeira parte foi publicada em 1904. As teorias weberianas passam ao largo de qualquer pensamento que se constitua sobre utopias, propondo que a ciência deve se ater ao mundo dado historicamente. Construir possíveis caminhos para a humanidade a partir de "utopianismos" seria, segundo ele, uma irresponsabilidade, e, como veremos, a questão da responsabilidade é central dentro da teorização de modernidade weberiana.

Weber, que escreve no final do século XIX e início do XX, já parte da percepção de um mundo onde o processo capitalista, unido ao progresso técnico, "lentamente estabelecia uma estandardização e rotinização de todas as atividades da vida, onde tudo passa a ser controlado através do cálculo" (SCAFF, 1987). Ele constrói sua teoria tomando o pressuposto de que haveria uma validade universal, no plano causal, de uma explicação econômica para os rumos que a sociedade ocidental tomou em direção a essa vida racional. Ele supõe que, tanto para "sociedades simples ou complexas, ou se tratando de um tempo histórico homogêneo ou diversificado, todos os diferentes elementos da vida cultural devem depender, em última análise, da economia” (RAYNAUD, 1987; p.29). Pode-se, grosso modo, resumir que a tentativa de Weber, através principalmente de suas obras “A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, “Economia e Sociedade”³ e a “Gênese do Capitalismo Moderno”⁴, seria introduzir certa unidade, partindo de uma inicial heterogeneidade do universo histórico, através de uma interpretação perspectivada que privilegia valores religiosos que se desdobrariam em valores econômicos (Souza, 1999; p.8). Porém, o que resulta dessa operação não é a substituição de uma visão histórica abrangente por teorizações focadas em religião, e tampouco sua leitura do capitalismo se transforma numa visão materialista baseada puramente na economia. O que ele faz, como propõe Burke (BURKE, 2005), é o que hoje chamamos de história cultural, onde o seu trabalho pode ser pensado como um estudo sobre o desenrolar ocidental de certo conceito

² WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

³ Edição em Português: **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

⁴ Edição em Português: **A Gênese do Capitalismo Moderno**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

de racionalidade e de liberdade, para ele diretamente conectados (nem sempre positivamente).

2.A.1.1

Responsabilidade, desencantamento e Estado racional

Em seu estudo, Max Weber determina a emancipação do homem da tradição, eliminando qualquer possibilidade ilusória de uma reconciliação entre o espírito e as obras culturais. E, estabelecendo uma ligação com o pensamento de Nietzsche, constrói um discurso ao qual subjaz uma crítica aos ideais humanísticos, convencido da necessidade de uma política de vontade (Raynaud, 1987). Esse posicionamento não pode ser creditado exclusivamente à influência do autor de “Vontade de Potência”. Esta ideia é recorrente nos pensadores modernos e Weber se aproxima dela também através do pensamento kantiano, que subjaz a toda sua teorização. Há, na concepção de modernidade em Kant, o entendimento da construção de uma individualidade responsável. No famoso texto de Kant “*Was ist Aufklärung?*”, como observa Kátia Muricy (MURICY, 2007; p.54), a leitura que o filósofo prussiano faz do Iluminismo propõe que a modernidade é “uma modificação na relação entre vontade, autoridade e o uso da razão”; uma “saída da menoridade pelo uso pleno da razão”. Ou seja, tanto em Kant quanto em Weber, a modernidade exige uma mudança pessoal, de caráter volitivo. Essa nova época se instala quando o ocidente assume a posição de plena responsabilidade frente ao próprio destino, emancipando-se de um destino estabelecido pelo divino e tomando nas mãos o mundo que conhecerá e desfrutará através dos instrumentos que a razão lhe permite - razão essa que assume o papel de autoridade principal. Ou seja, a modernidade weberiana é uma revolução de consciência, que seria, segundo ele, a maior transformação dentro da história.

Partindo da análise do que há de peculiar em todas as áreas de ação humana que levou o homem a tomar essa nova posição volitiva e responsável (ética, portanto) em seu estar no mundo, Weber constrói seu entendimento de moderno. O que ele percebe em comum a todos os campos da cultura moderna é o capitalismo, então, propõe que esse capitalismo surgiria de uma forma específica e

peculiar de racionalismo - o racionalismo ocidental -, que teria suas raízes no desenrolar do que chama de racionalização religiosa⁵.

Há que se explicitar que a ideia de racionalismo com que Weber trabalha não pressupõe uma universalidade na definição do que seria "racional" ou "racionalidade". "Racionalidade e racional são sempre conceitos que se referem a uma matriz cultural específica" (SOUZA, "O mundo desencantado". IN: WEBER, 2006; p.8). Ou seja, haveria diferentes racionalidades que seriam dependentes de distintos racionalismos. Weber propõe que poderíamos entender o pensamento da Índia (que ele denomina de racionalismo de "fuga do mundo"), da China (pensado como um racionalismo de "acomodação ao mundo"), por exemplo, como diferentes racionalidades. Mas, apesar de em sua fala assumir como válidas todas as diferentes racionalidades, ele as hierarquiza, colocando a racionalidade ocidental como a mais complexa e evoluída. Deve-se também pensar que essa validação de diferentes racionalidades leva à afirmação de que existem distintos entendimentos do que é o ser humano e de diferentes necessidades e maneiras de estar no mundo; logo a humanidade é sempre uma particularidade para o sociólogo alemão.

O racionalismo ocidental definido por Weber seria um princípio de "dominação do mundo", que se efetuará através de um critério de instrumentalidade que comandaria o pensamento e ação do homem. A partir do predomínio desse racionalismo na civilização ocidental,

“o homem ocidental tende a perceber o mundo exterior, em sua dimensão natural; o mundo social, que partilha com os outros; e seu próprio mundo subjetivo interno, ao qual tem acesso privilegiado, como dimensões coisificadas, como meros "meios" para a consecução de fins heterônomos como poder e dinheiro“ (Ibidem, p.9).

Através dessa coisificação, o "outro" deixa de ser o irmão que deve ser ajudado, para assumir o papel de competidor, ou de meio para o alcance de fins.

⁵ O entendimento geral das ideias de Weber sobre racionalidade ocidental e capitalismo aqui apresentado é debitário principalmente de dois textos de Jesse Souza: "O mundo desencantado" e comentários ao longo do texto de Weber. IN: WEBER, Max. **A Gênese do Capitalismo Moderno**. São Paulo: Editora Ática, 2006. e "A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro". IN: SOUZA, Jesse (org.). **O Malandro e o Protestante**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Essa competição não é desregrada: ela é guiada por leis totalmente desconectadas do julgamento divino e por uma ética específica.

O racionalismo, que poderia ser percebido desde a concepção de mundo grego em sua dimensão de busca de saber e no judaísmo antigo na dimensão moral, seria o veículo para a constituição do mundo moderno (SOUZA, 2006). Porém, para Max Weber, a transição espontânea de uma sociedade onde o sentido era produzido em todas as dimensões pela religião para uma sociedade moderna, secular, só poderia ter acontecido se essa transição tivesse tido raízes religiosas. Daí seus estudos darem tanta importância à religião.

O argumento de Weber parte da assunção de que houve necessariamente a internalização de um novo *ethos* da mentalidade racional para o surgimento do capitalismo moderno e, portanto, da modernidade. Esse novo componente racional ético seria o surgimento, dentro do protestantismo, de uma interpretação do "caminho da salvação" como constituído sobre a contribuição individual para o aumento da glória divina sobre a Terra. Lentamente essa contribuição vai sendo entendida dentro de parâmetros econômicos: o "sinal da salvação" passa a ser pensado como produto das riquezas materiais, havendo, a partir do predomínio desse novo "caminho da salvação", um rompimento entre as necessidades naturais do indivíduo e a acumulação de riquezas. Ao invés de "salvação" como o somatório de boas ações isoladas dentro de um mundo transitório e sem valor (como permaneceu dentro da teologia católica), passa-se a ter o entendimento de que a possibilidade de um bom veredicto no dia do juízo final virá do desenrolar da vida terrena do indivíduo em sua totalidade. Assim, substitui-se o instituto da confissão - que com sua ordem de penitências e confissões criava a possibilidade de salvação a partir do arrependimento e da expiação -, estabelecendo-se um entendimento de uma unidade ética de constituição coerente e homogênea ao longo da vida. Ou seja, se a salvação está ligada à intensidade da existência do indivíduo nesse mundo, seu trabalho também o está, tornando-se uma vocação, uma prova de fé.

Destarte, a nova concepção traz em seu bojo o entendimento do trabalho como algo meritório e único caminho para se chegar ao paraíso, opondo-se à ideia

de trabalho como expiação dos pecados anteriormente predominante. A ascese monástica anterior, que pensava a salvação como ligada a valores inteiramente transcendentais, significando uma fuga do mundo, é substituída por uma força psicológica onde os possíveis ganhos futuros junto ao divino advêm de critérios de desempenho e eficiência no trabalho (SOUZA, 1999). Anula-se assim a "ética da convicção", que é substituída pela "ética da responsabilidade", que perceptivelmente corrobora para a secularização racional da religião e determina um predomínio subjetivo dentro do pensamento religioso.

Imiscuído nos processos acima descritos, o desencantamento seria outro dos fatores determinantes para o pleno estabelecimento do racionalismo ocidental. Weber localiza sua origem nos escritos religiosos judaicos e estende sua importância a todas as esferas da vida e não apenas a religiosa. A prevalência de um caráter mágico no pensamento ocidental teria determinado uma estagnação da sociedade. Afinal, "a magia tende a tornar tabu e eterna toda a ação ou prática entendida como favorável para a conquista de poderes sobrenaturais" (SOUZA, Nota explicativa. IN: WEBER, 2006; p.118); assim, a magia seria um obstáculo a toda inovação que pudesse ser percebida como desestabilizadora da organização social mágica. O desencantamento seria, então, uma ação dentro da alçada religiosa de duração histórica longa, através da qual as religiões ocidentais opõem-se à magia e implementam um pensamento que busca construir uma lógica racional para suas escrituras.

A secularização, por sua vez, seria a deposição da religião como principal valor cultural, como valor integrador social e gerador de saber no mundo moderno. Essas mudanças obviamente se somam e Pierucci sinaliza a pressão que exercem sobre a religião:

"Encavalando-se ambos os processos (desencantamento e secularização) no processo de modernização, o efeito deste sobre a religião não pode ser senão negativo, já que consolida e faz avançar o desencantamento do mundo através de uma crescente racionalização" (PIERUCCI, 1998; p.8).

Logicamente, o que está em questão na ideia de desencantamento e secularização não é somente uma diminuição de poder da igreja e/ou das religiões

no mundo moderno; o que Weber coloca no centro da discussão é a percepção de uma transformação muito mais ampla, que englobaria mudanças do desenvolvimento individual e do desenvolvimento societário. Essa alteração racional dentro da esfera religiosa deve ser valorizada no que ela aponta para um aumento do grau de consciência e de reflexão em relação à realidade que nos cerca, além de uma mudança em direção a um maior grau de autonomia da consciência moral do homem (SOUZA, 1999). Essa mudança em direção a uma maior autonomia moral é que determina o surgimento do homem moderno.

Outro componente da modernidade de Weber é o direito racional, que resultaria da contaminação do pensamento racional, do desencantamento e da secularização sobre o campo jurídico. A junção desses processos permitiu, no ocidente, "a ocorrência de um desenvolvimento da racionalidade jurídica que derivaria, posteriormente, no conceito moderno de ordem jurídico-legal formalmente legítima e legitimamente revisável" (SOUZA, 1999), sendo perceptível na paulatina separação entre as leis sagradas cristãs e as leis da jurisdição secular. O capitalismo só pode operar se suas leis forem regidas por princípios calculáveis e previsíveis, ou seja, verificáveis por todos; aspectos religiosos-rituais não podem ter importância alguma e as decisões devem ficar a cargo de funcionários que não julguem de acordo com seu próprio arbítrio. Em resumo, a racionalização e desencantamento das leis apontam na direção de uma autonomia do direito em relação à irracionalidade do antigo direito religiosamente revelado. Weber, através de uma análise histórica que começa pelo direito greco-romano, percebe a adoção de técnicas sempre mais racionais como valor comum a todas as inovações jurídicas ocorridas nos diferentes períodos. Essas técnicas "surgiam em substituição às fórmulas mágicas e à revelação carismática do direito que, concomitantemente, eram jogadas no campo das práticas irracionais, incertas e arbitrarias" (WALTON, Paul. "Max Weber sociology of law". Apud in: PIERUCCI, 1998; p. 10).

A justiça racional seria um dos componentes do estado racional, onde o funcionalismo especializado formaria a burocracia racional, cujo poder de ação está baseado em conhecimento técnico e no não envolvimento político do

funcionário. No pensamento weberiano, o direito racional, agindo juntamente com o funcionalismo especializado, é a base organizacional do estado racional moderno. Sem esse estado racional não há capitalismo, não há modernidade. Concomitantemente com o estabelecimento desse estado racional, uma crescente racionalização de todas as relações econômico-financeiras se estabelece no ocidente.

Em resumo, moderno, para Weber, é o estabelecimento de um mundo instrumentalizado por uma racionalidade específica que determina uma ética também específica, desmágicizado, secularizado e capitalista.

Para Weber, no entanto, a modernidade não é nem levará ao paraíso. Apesar de percebermos que vê pontos positivos no processo de racionalização, o que parece dominar sua leitura é certo pessimismo.

O avanço da racionalização é percebido como um amplo processo civilizatório. Suas forças principais - a ciência e tecnologia, mercados e burocracias, disciplinas e autodisciplina – são entendidas como impregnando todas as esferas da existência humana: a cultura, a sexualidade e, por fim, a própria personalidade (CARDOSO, 2008). E, concordando como a interpretação de Gerth e Mills, podemos assumir que há uma convivência de dois posicionamentos distintos de Weber frente ao estabelecimento de tal racionalização: um positivo e outro negativo.

O lado positivo seria a mudança nos princípios de organização da sociedade, que corresponderia à liberação do homem da força do encantamento e potencialização de aprendizado e de desenvolvimento. A valorização do mundo e da ação do indivíduo, e não mais do que viria após a vida, tem como resultado uma organização funcional e racional das relações sociais e produtivas, através da introdução de um modo disciplinador e metódico (GERTH & MILLS, 1974). Tal condução metódica da vida se torna um dos principais elementos para a estabilização de um novo *espírito*, na medida em que incorpora uma racionalidade prática, agregando e reconciliando meios e fins, ou ainda, reconciliando “a

racionalidade orientada a um fim e a racionalidade orientada a valores⁶ em uma forma de vida singular e com significado universal” (CARDOSO, 2008: 266).

O lado negativo seria metaforicamente simbolizado pela “jaula de ferro”. O processo de racionalização, que inicialmente teria favorecido a expansão da cultura e da personalidade, ao se espalhar, se transforma e passa a ser conduzido pelos imperativos funcionais do Estado e da economia, levando o homem ocidental a um lento enquadramento espiritual, intelectual e moral, que determina um utilitarismo puro (Weber, 2004). O amplo predomínio da racionalidade formal caracteriza uma prisão. Ou seja, Weber lê esse mundo racionalmente administrado como uma "jaula de ferro".

A oportunidade de igualdade e liberdade ampla ficou perdida na cidade medieval. A liberdade moderna seria o risco do qual pode resultar o bem ou o mal. Por isso a ética da responsabilidade é apontada como a única que se ajusta à nossa época caracterizada pelo politeísmo de valores, diante do qual o homem se encontra continuamente no dever de escolher entre alternativas conflitantes (ARGÜELLO IN: SOUZA, 1999). A escolha entre os valores não é racional, é a própria liberdade possível, que jamais se estabelece como garantia de bem estar. Ou seja, apesar de perceber o processo de modernização como inevitável, Weber constrói uma crítica negativa a ele através do questionamento da viabilidade de um espaço para a liberdade humana frente à crescente racionalização. Racionalização essa que deflagraria a fragmentação entre razão e consciência e, por conseguinte, um domínio de uma "razão cínica"⁷.

Ao mesmo tempo em que elogia a eficiência do mercado capitalista e do Estado racional, o domínio de uma racionalidade cínica e de uma liberdade restrita leva Weber a definir como novos tipos sociais típicos os "homens do prazer sem

⁶ Nesse sentido é importante destacar que há na teorização weberiana 4 tipos-ideias de racionalidade: formal, substantiva, prática e teórica. No caso, Luis Antonio Cardoso propõe que o que Weber coloca como positivo no processo de racionalização seria a convivência entre uma racionalidade formal (que impõe ordem no mundo através de um sistema de mensuração e cálculo) e uma racionalidade substantiva (baseada no conteúdo qualitativo dos julgamentos, que são moldados por normas éticas ou padrões igualitários), que como tipos ideais seriam quase que opostas entre si (CARDOSO, 2008: 262).

⁷ Termo citado por Katie Argüello (ARGÜELLO, Katie. "O mundo perfeito: nem possível, nem desejável". IN: SOUZA, Jesse (Org.). 1999. p.142).

coração", no sentido de uma relação externa com os valores dos sentimentos e das emoções, e os "especialistas sem espírito", no sentido de homens que sabem de tudo de seu pequeno campo de ação e nada sobre o mundo mais amplo e sua lógica. "A riqueza material é contraposta à pobreza emocional e intelectual como faces da mesma moeda" (SOUZA, Introdução. In: WEBER, 2006. p.10). É essa a "jaula de ferro" da modernidade⁸.

2.B

Escritório moderno

Definida a ideia de modernidade com a qual se está lidando, comecemos a buscar uma definição mais precisa do que seria o escritório.

No cotidiano do campo da arquitetura, o termo "escritório" não estabelece uma definição excludente para a configuração espacial ou para a organização de trabalho daqueles que o ocupam, designando tanto o local onde o arquiteto autônomo desenvolve seus projetos, que pode ser até mesmo em um cômodo de sua residência, quanto aquele da grande empresa que emprega dezenas de funcionários. Essa generalização do termo, obviamente, não dá conta das questões trazidas nesta pesquisa.

Assim, o movimento a ser feito neste subcapítulo será a tentativa de se alcançar uma conceituação de "escritório" que articule correspondências entre modo de trabalho das empresas modernas, o trabalho autônomo e a sociedade industrial moderna. E, mesmo incorrendo no risco de se constituir sintaticamente como um pleonasma, assume-se neste texto o termo "escritório moderno" para designar a especificidade funcional que aqui buscamos.

⁸ É interessante notar aqui a aproximação do discurso Weberiano com o de Georg Simmel. Enquanto Weber anuncia o empobrecimento causado pelo domínio de uma lógica impessoal determinada pela racionalidade instrumental, Simmel, ao analisar os fatores estruturais que levam ao que ele chama de tragédia (termo usado no sentido grego da palavra) da cultura moderna, detém-se especialmente no papel que o dinheiro desempenha na constituição de uma relativa liberdade para o homem moderno ao mesmo tempo em que uniformiza todos "com a subordinação crescente dos valores qualitativos pelos valores quantitativos" (SIMMEL, Georg. "O dinheiro na cultura moderna". IN: ÖELZE, Berthold e SOUZA, Jesse (org.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora UNB, 1998. p. 31.) A aproximação não é casual, pois, afinal, além de amigos, Weber escreveu a "Ética Protestante" logo após ter lido "A cultura do dinheiro".

2.B.1

Escritório dentro da segmentação por atividades das teorias econômicas

Escritório – O local onde o negociante, o médico, o advogado, etc., recebem os clientes; local de trabalho. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963).

Como pode ser percebido no verbete acima, a palavra “escritório” implica, no senso comum, a noção de lugar onde se trabalha, sem necessariamente determinar características exclusivas para o modo de produção e organização desse espaço e sequer do trabalho ali desenvolvido. Talvez, à seleção das profissões citadas (o negociante, o médico, o advogado), possa-se concluir que subjaz uma exclusão de qualquer trabalho manual, estabelecendo, portanto, uma diferenciação entre os termos “escritório” e “oficina” – que no mesmo dicionário é definido como “lugar onde se exerce um ofício”, aparentemente ainda conectado ao significado herdado das corporações de ofício de destreza manual.

Percebe-se, igualmente, que as profissões usadas como exemplo pertencem todas à categoria de serviços, conforme classificação tradicional dentro do campo teórico da economia, por onde começaremos nossa pesquisa.

Tal classificação propõe categorias de atividades dividindo-as segundo o local da atividade dentro da cadeia de conexões que se inicia na extração das matérias primas, construindo, portanto, uma visão estruturalista de emprego⁹.

Uma análise um pouco mais aprofundada desse sistema classificatório, pertencente ao pensamento econômico tradicional, pouco parece trazer para uma possível conceituação da ação do escritório moderno, em especial ao escritório moderno de arquitetura. Afinal, o reducionismo pertinente a esses processos de classificação termina por estabelecer idêntico posicionamento para o trabalho em um escritório de arquitetura e para o trabalho segundo o processo de atelier, ao admitir a existência de três setores que completam o ciclo, desde a obtenção da

⁹ Tal segmentação está presente nas obras de, entre outros, Adam Smith (1723-1790), Alfred Marshall (1842-1924), Colin Clark (1905-1989) e mesmo em trabalhos mais recentes como em texto de 1978 de Joachim Singlemann (SINGLEMANN, Joachim. *The transformation of industry: from agriculture to service employment*. Beverly Hills, CA: Sage, 1978. APUD IN: CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. S.Paulo: Paz e Terra, 2008. p.271).

matéria prima até a venda do produto ao consumidor final: o setor primário (agricultura, agropecuária e mineração), o setor secundário (indústria) e o setor terciário (serviços).

Percebe-se ainda que essa divisão implica, geralmente, a ideia de que os dois primeiros setores são mais valorosos, visto que sua força de trabalho resulta em um objeto material, enquanto o terciário é pensado como improdutivo, “já que o resultado de sua força de trabalho são bens imateriais, sem corporeidade definível”(AMARAL, 2011; p.16). Detecta-se, então, um componente moral na imputação desse demérito ao setor de serviços e tal percepção já bastaria, por si só, para levar ao descarte dessa classificação para os fins da análise em desenvolvimento.

Ao se insistir nessa direção teórica, surge outro complicador: a dura segmentação entre os três setores privilegia um entendimento de que cada divisão de trabalho proposta se resolve em si mesma, quase como um todo autônomo que prescindir dos demais setores, como propõe Francisco de Oliveira¹⁰. Uma partição tão rígida pouco acrescenta para a construção de um entendimento do que seria o escritório moderno de arquitetura, visto que este importa significados que o interligam à ideia de produção sistematizada, ou seja, de indústria com seus processos de trabalho racionalizados, opondo-se à ação através da organização em atelier, que indica a provável permanência de uma ligação maior com o campo artístico, compreendendo, portanto, a noção de certa autossuficiência e finitude.

Assim, conclui-se que a classificação estruturalista das atividades em setores se apresenta pouco operativa para as questões deste texto.

¹⁰ Como possível comprovação dessa estrutura de rígida segmentação, Francisco de Oliveira cita Adam Smith que analisou a organização do trabalho na manufatura de agulhas sem relacioná-lo com o setor primário que lhe garantiu a sobrevivência ao promover o processo de expropriação do camponês, que sem ocupação passou a vagar pelas cidades, possibilitando a formação de um exército de reserva para suprir a necessidade de mão-de-obra da incipiente produção manufatureira (OLIVEIRA, F. “A emergência do modo de produção de mercadorias – interpretação teórica da economia da República Velha”. Apud AMARAL, 2011. p.17).

2.B.1.1

O atelier

Outra possibilidade de definição econômica de “escritório” estaria na análise de seu par, a “oficina” ou, no caso da arquitetura, o “atelier”. Afinal, ao se pesquisar questões relativas ao trabalho e às implicações sociais e econômicas envolvidas no sistema produtivo moderno - abrangendo sua organização, seus objetivos e o papel do cliente - com a finalidade de precisar uma conceituação do que seria o escritório moderno, se introduz na análise a figura do atelier, que ocuparia o polo oposto – se pensados ambos enquanto tipos ideais dentro da estruturação funcional das sociedades industriais. Destarte, tal polarização será assumida enquanto se mostrar útil como metodologia de conceituação de um objeto de estudo pela definição do que ele não é, tentando-se, porém, manter sempre um posicionamento crítico em relação às simplificações e reducionismo que antagonismos podem representar. No caso específico do campo da arquitetura, a delimitação precisa da linha que estabeleceria a fronteira entre a ação profissional como atelier e a ação profissional como escritório é praticamente impossível. Parâmetros que tomem quantitativo de profissionais por equipe ou de predomínio de alguma tipologia nos projetos, por exemplo, já de início não parecem determinar definitivamente que tipo de ação está em jogo em cada caso. Também não se pode apontar historicamente, sem incorrer em equívocos, quais profissionais que atuaram exclusivamente em uma modalidade de organização ou em outra¹¹. Em geral, os arquitetos modernos brasileiros trabalharam tanto dentro de processos organizacionais de atelier, quanto dentro de equipes em escritórios.

O entendimento que parece ser mais constante para lidar com essa oposição e que pode ser tomado como ponto de partida para pesquisar especificidades de cada um dos polos é a conexão aceita pelo senso comum que

¹¹ Talvez os casos de ação exclusiva dentro de certa área existam, mas, como dito, são difíceis de precisar. Um exemplo seria o trabalho de Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) que sempre foi realizado em pequenas equipes ou individualmente, mas a condição de funcionário público que ele ostentou durante toda a sua vida profissional cria um dado complicador. Outro exemplo, esse em sentido contrário – aquele que sempre atuou dentro da organização de escritório -, seria o irmão mais moço do trio Roberto, Maurício (1921-1996), que começa a atuar no projeto do Instituto de Resseguros do Brasil, quando alegam já estarem organizados como um escritório. Porém, como veremos, a própria assunção de que M.M.M.Roberto foi desde sua fundação um escritório é contestável.

liga o escritório à entidade jurídica de uma empresa moderna de certo porte, formalmente e tecnologicamente estruturada, e a oficina/atelier, ao trabalho autônomo.

Partindo da aceitação da dualidade acima sugerida e da inversão da ordem hierárquica dos temas, começa-se a buscar uma definição das especificidades do escritório investigando o que seria, então, a atuação de uma oficina/atelier, como trabalho autônomo, dentro do mercado moderno. Nesse sentido, toma-se um texto de Paul Singer, onde é estabelecida uma enunciação econômica na qual se analisa a organização do trabalho nas economias não desenvolvidas, que parece corroborar com o entendimento de atelier como trabalho autônomo.

Singer, em *Economia Política do Trabalho*¹², publicado em 1977, estuda especificamente a organização laboral no Brasil, propondo praticamente uma teoria do trabalho brasileira. Partindo de uma recusa em aceitar conceituações econômicas generalistas mais tradicionais, sugere a necessidade de análises regionais para a exegese da atividade humana enquanto produção. Estabelece, então, uma classificação outra para os diferentes modos de produção que ultrapassa a tradicional divisão em setores primários, secundários e terciários, que por seu caráter eurocêntrico, não poderia ser aplicada indiscriminadamente. Tal enquadramento não caberia, por exemplo, para análises sobre o Brasil da primeira metade do século XX. As teorias desenvolvidas para sistemas econômicos relativamente homogêneos, como as sociedades plenamente industrializadas, não se adaptariam às sociedades ainda em processo de industrialização, que apresentam sistemas de produção diversos ocorrendo concomitantemente (SINGER, 1977).

Singer propõe que, nos países desenvolvidos, o capitalismo já tenha feito desaparecer, quase que em sua totalidade, os outros modos de produção a ele subordinados, que subsistem apenas marginalmente, mais ou menos como “resíduos pré-capitalistas”. Nos países não desenvolvidos, ou em

¹² SINGER, Paul. **Economia Política do Trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.

desenvolvimento, o capitalismo, apesar de se estabelecer como dominante, permite que consideráveis parcelas da produção – em alguns casos, constituindo até a maioria – estejam ainda inseridas em outros modos de produção. Ou seja, Singer assume que a expansão do capitalismo e a destruição consequente dos outros modos de produção a eles subordinados na mesma formação socioeconômica, como processo contínuo, determinam estágios distintos para cada país ou região.

Retiraremos do seu pensamento dois pontos que aparentemente podem ser bastante úteis para a aclaração das questões postas neste texto. O primeiro é o questionamento sobre a ideia de atraso econômico, que apesar não estar explicitado na fala do economista paulista, parece ser o que ele coloca em jogo ao se negar a aceitar uma teorização geral para o capitalismo. Percebe-se em sua negação o entendimento de que a análise de fatos econômicos tendo como parâmetro o estágio em que se encontram os países do chamado Primeiro Mundo, traria sempre, para as economias em desenvolvimento, a classificação de atrasadas frente àquelas dos países desenvolvidos. Subjazendo a essa ideia de atraso, estaria claramente a aceitação de que todos os países ainda não desenvolvidos, aí incluído o Brasil, seriam inferiores aos demais. A recusa da ideia de atraso não soma de imediato para a conceituação de escritório, no entanto, será retomada nesta discussão mais à frente. O segundo ponto é a criação de outra classificação das atividades do trabalho na qual ele define parcialmente a atividade dos profissionais autônomos.

Nessa nova classificação, Singer distingue os seguintes setores:

- Setores de Mercado (Interno e Externo);
- Setor de Subsistência;
- Setor de Atividades Governamentais;
- Setor Autônomo.

Através do estabelecimento da definição do Setor Autônomo, Singer colabora para o entendimento do que seria a atividade de escritório. Afinal, sua análise desse setor aponta, como já dito, para a descrição das atividades feitas em

oficinas/ateliers que se conformariam como uma permanência pré-capitalista dentro do sistema capitalista¹³.

A definição do Setor Autônomo da economia começa pela sua inserção no mercado moderno, diferenciando-o, porém, daquelas atividades classificadas como pertencentes ao Setor de Mercado. Sua característica principal estaria na não empregabilidade sistemática de trabalho assalariado, ocupando preferencialmente seus donos ou eventuais membros de suas famílias. Ou seja, tal setor seria composto por empreendimentos individuais que teriam o mercado como destino de seu produto, não se confundindo com o Setor de Subsistência, onde se “auto consome” grande parte do produto.

Esse setor seria composto predominantemente de pequenos agricultores ou agropecuaristas, unidades de comércio varejista, prestadores de serviços, artesãos e indústrias domésticas (costureiras, alfaiates, ceramistas...), lumpen (mendigos, prostitutas, delinquentes) e profissionais liberais, tendo como outra de suas características o predomínio de atividades de precário nível de produtividade

“que poderiam ser, em princípio, substituídas, com vantagem por empresas capitalistas: fazendas, supermercados, lojas de departamentos, cadeias de hotéis e restaurantes, companhias de táxis, grandes oficinas mecânicas “autorizadas” pelos fabricantes dos produtos a serem reparados, indústrias de confecção, de panificação, de produtos cerâmicos, clínicas médicas e dentárias, bancas de advogados, **escritórios de engenharia, de projetos**, etc., etc”(SINGER, 1977; p.79 – grifo do autor).

A sobrevivência da economia autônoma só se explicaria pelo fato de os indivíduos engajados conseguirem fornecer preços de produtos e serviços abaixo daqueles praticados pelas empresas capitalistas.

Para que isso ocorra, Singer vê surgir a necessidade de uma redução de ganhos e custos que compensaria o encarecimento provocado por uma produção ainda com resquícios artesanais¹⁴, não inserida plenamente nos processos racionais. Ou seja, a informalidade das relações trabalhistas, reduzindo o “custo

¹³ Apesar de Singer não explicitar qual a origem dessas atividades que configuram permanências não capitalistas, a ligação com a organização produtiva do artesanato europeu parece subjazer ao texto.

¹⁴ Aqui Singer usa o termo “artesanal” num sentido amplo, dentro do senso comum estabelecido para essa palavra.

do emprego”¹⁵, tão oneroso para a empresa capitalista; a utilização da própria residência para a produção, retirando o valor locativo do espaço da formação do preço do produto; a não inclusão da depreciação dos instrumentos de produção¹⁶; a manutenção de processos ainda artesanais e a pequena produção, que possibilita “escapar da tributação” que onera atividades análogas realizadas nos moldes capitalistas, são os artifícios que aumentam a competitividade do Setor Autônomo.

Singer sublinha que, no entanto, não se deve aceitar que o nível de remuneração de todos que trabalham no Setor Autônomo seja sempre inferior ao nível mais baixo prevalecente no mercado de trabalho capitalista. Existe um contingente de indivíduos do Setor Autônomo, particularmente os profissionais liberais, que tem rendimentos relativamente elevados. Concorrem para essa exceção, em geral, o prestígio profissional ou uma boa localização física, quando no caso de atividades em que o cliente é recebido no estabelecimento de trabalho. No entanto, o autônomo estaria sendo cada vez mais pressionado pela concorrência da empresa capitalista, resistindo apenas na medida em que sub-remunera os fatores, principalmente seu próprio trabalho (SINGER, 1977).

Direcionando o pensamento de Singer para as questões levantadas nesta tese, retém-se a classificação da ação do arquiteto no setor autônomo como aquele que exerceria a profissão só ou organizado em um grupo reduzido de colaboradores, em geral, não estabelecendo relações jurídicas trabalhistas. Essas atividades seriam desenvolvidas na própria residência do profissional ou em locais que representassem custos fixos baixos. Apresentariam pequena produção, alcançada por procedimentos ainda dentro da tradição artesanal, mantendo-se defasadas em relação a evoluções tecnológicas e processos organizacionais. Esse

¹⁵ Os chamados “encargos sociais” obrigam a empresa capitalista a despendere uma quantia substancialmente superior à remuneração direta da mão-de-obra. É vantajoso para a empresa, quando a oferta de mão-de-obra é abundante (o que é quase sempre o caso da força de trabalho pouco ou quase nada qualificada em países como o Brasil), estabelecer vínculos não empregatícios, mas de compra de serviços, o que evidentemente tende a multiplicar o número de trabalhadores autônomos (SINGER, 1977; p.79).

¹⁶ No caso do escritório de arquitetura, na contabilidade da vida útil de suas instalações leva-se em consideração o desgaste do prédio e dos equipamentos (no caso dos escritórios da primeira metade do século XX, pranchetas, instrumentos de desenho, mobiliário, equipamentos de ventilação, etc.) que têm duração determinada.

setor apresentaria também menor remuneração para os participantes. Porém, essa condição de sub-remuneração não seria uma condição absoluta para todos, sendo a expertise de um arquiteto em certa tipologia, programa ou técnica construtiva, seu reconhecimento público ou o círculo social que frequenta possíveis diferenciais que modificariam a condição de menor ganho.

Embora a análise do que seria o setor autônomo nos seja proveitosa, não se declara aqui a aceitação plena de todas as proposições do texto citado. No entanto, seria de pouca utilidade para esta pesquisa construir uma argumentação quanto aos pontos onde parece ficar claro que o economista se permitiu criar certo reducionismo, ignorando propositalmente muito da teoria econômica posterior ao século XVIII, data do estabelecimento da classificação em setores primários, secundário e terciário, e tomando como certo o desaparecimento de formas econômicas arcaicas dentro das economias mais avançadas. Como veremos, Weber e Schumpeter propuseram, em datas bem anteriores a Singer, alguns posicionamentos teóricos que se opõem parcialmente a algumas das ideias acima expostas.

2.B.2

A empresa moderna: condições, agentes e sua manutenção no mercado.

Partindo-se, então, da percepção de que o escritório é uma empresa ou um dos departamentos de uma empresa moderna, conclui-se que, ao buscar um entendimento do que seria tal empresa e de como se estabeleceria sua organização, provavelmente se chegará a uma definição satisfatória do que seria um escritório moderno.

Facilmente podemos achar na bibliografia econômica diversas definições de empresa que, como todo conceito, apresenta grande complexidade de significados diretos e indiretos. No entanto, em sua maioria, as definições passam pelo estabelecimento da condição legal do empreendimento e pela sua relação direta com aqueles a quem pretende interessar com a sua produção. Neste sentido,

a definição dada por Ebner e Beck é um bom exemplo, mostrando-se bastante sucinta e abrangente.

“Empresa é um sistema juridicamente autorizado e controlado, que em seu conjunto (material, organizacional, humano e financeiro) materializa uma ideia que, de forma planejada, busca dar satisfação às demandas dos clientes através de uma atividade econômica” (EBNER e BECK, 2008 – tradução do autor).

Ou seja, empresa é uma organização juridicamente estabelecida dedicada a atividades de fins econômicos que tem como objetivo satisfazer às necessidades de bens e serviços do mercado. Logo, podemos também definir mercado como o conjunto de consumidores potenciais do produto, ou do serviço, a ser oferecido por determinada empresa.

Para Adam Smith, um dos primeiros pensadores a teorizar sobre o capitalismo moderno, empresa seria o sistema organizacional que permite a “internacionalização” das formas de produção, possibilitando tanto a reunião dos fatores produtivos (capital, trabalho e meios) quanto à divisão racional do trabalho e a distribuição do produto dentre a comunidade que o demanda (SMITH, 1994; p.439). Fica então subentendida, na definição de Smith, a interdependência entre aquele que empreende, aqueles que trabalham e aqueles que consomem o produto. A ideia de empresa conecta, portanto, fatores econômicos e sociais, visto ser formada por pessoas e voltada ao atendimento das necessidades de outras pessoas; inserida numa comunidade a que serve e não podendo dela se desprender plenamente. Afinal, é da sociedade que vem a ordem pública, a legislação, sua força de trabalho e seu mercado consumidor.

Retomando Max Weber, podemos avançar no entendimento da empresa moderna a partir de um ponto de vista diferenciado: as condições a priori para a sua existência.

2.B.2.1

Weber e o papel do empreendedor

“Capitalismo existe onde a cobertura das necessidades de um grupo humano, mediante atividades industriais e comerciais, realize-se pelo caminho do empreendimento, não importando qual necessidade se busque atender” (WEBER, 2006; p.13).

Com esta definição, Weber inicia seu texto "A Gênese do Capitalismo Moderno". De maneira eficiente e próxima das demais definições acima citadas ele conceitua em seu texto as empresas capitalistas como aquelas que, através de suas características de cálculo (contabilidade racional) e administração racional, respondem às necessidades materiais ou ideais de seu público, sendo, portanto, a base funcional do sistema capitalista.

Importante, porém, destacar do texto de Weber uma posição que o diferencia das colocações anteriormente citadas: o estabelecimento de uma hierarquia de "pré-condições" para que a empresa moderna se estabeleça.

Opondo-se ao senso comum, que imputa ao instrumental físico e à organização produtiva os méritos pelo estabelecimento da empresa moderna, Max Weber deposita na existência da figura do empreendedor a principal pré-condição necessária para que a empresa moderna ocorra.

Em sua teorização, a liberdade de mercado ("a eliminação de restrições irracionais da circulação de mercadoria; que podem ser [...] de natureza estamental [...] ou devido a monopólios estamentais [...]"), técnica racional, direito racional, o trabalho livre, comercialização da economia ("que seria a possibilidade de orientar a cobertura das necessidades exclusivamente visando oportunidades de mercado e rentabilidade"), seriam pré-condições para o estabelecimento empresas modernas. Todas elas, no entanto, seriam secundárias frente ao aparecimento da figura centralizadora do empreendedor (WEBER, 2006; p.15).

"A apropriação de todos os meios materiais de produção (terra, aparelhos, máquinas, ferramentas, etc.) como propriedade livre por empresas industriais ou comerciais privadas ou autônomas [...]" torna-se, para o sociólogo alemão, a condição necessária para o surgimento da empresa capitalista, logo, retirando dos aspectos tecnológicos a posição de primazia que, geralmente, neles se deposita nas análises que tratam das empresas modernas (WEBER, 2006; p.15). Em outras palavras, o fator mais importante dentro da transformação dos meios de produção que definem o capitalismo moderno e, portanto, a empresa moderna, não é, primordialmente, a produção através de "aparelhos", ou seja, a utilização de

certa tecnologia, mas sim a condição de apropriação dos meios de produção por uma empresa ou um empreendedor que a administra através de processos racionais, como posto nos itens acima.

Em outra definição de “fábrica moderna” a questão do empreendedor reaparece ainda com maior destaque.

"A característica propriamente decisiva da fábrica moderna não está nem nos instrumentos usados, nem no tipo de processo de trabalho, e sim na apropriação da oficina, dos instrumentos, da fonte de energia e da matéria-prima na mão de uma única pessoa, o empresário" (WEBER, 2006; p.46).

Essa percepção da importância da figura centralizada do proprietário vem do entendimento do processo de produção moderno como uma contínua libertação da produção dos "limites orgânicos do trabalho". O processo de mecanização só se torna possível e contínuo quando não há uma força corporativa que bloqueie a gradual e inevitável redução de pessoas envolvidas nas atividades. Ou seja, o desenrolar da dominação da industrialização não é só uma adequação à racionalidade e, portanto, à ciência - sua filha mais diletta - mas um rompimento com a tradição, com o entendimento comunitário do fazer artesanal. O capitalismo não lida com uma lógica comunitária de ética fraternal, onde proteções corporativistas são essenciais para o bom funcionamento dos campos de trabalho. Como já visto, a ética moderna é uma ética individualista, em que cada um responde por seu posicionamento frente ao mundo. Quanto menos pessoas envolvidas numa atividade, quanto menor o custo de fabricação de uma mercadoria, maior a possibilidade de lucro. Seria este, para Weber, o raciocínio especificamente capitalista moderno: obter lucro mediante o barateamento da produção e o atendimento das necessidades pelo menor preço. Tais circunstâncias seriam somente alcançáveis a partir da centralização das decisões e riscos financeiros na mão de um único responsável.

A gestão econômica que tem como objeto principal o barateamento dos custos para uma ampliação constante de mercado determinaria, segundo Weber, a relação entre ciência e indústria que predomina no período moderno - o cientista como pesquisador de meios para atender de maneira eficaz às necessidades de processos ao mesmo tempo em que obtém o barateamento da produção - onde

predomina a busca por um *perpetuum mobile*, "que se refere à possibilidade de se chegar a uma máquina cujo objetivo fosse o funcionamento perpétuo" (SOUZA, J. Nota explicativa IN: WEBER, 2006; p.58).. Apesar de não explicitado, percebe-se na teoria weberiana uma tendência a se fundir cientista e empreendedor.

Importante também o entendimento do que seria "trabalho livre" e suas implicações. Como afirma Weber em sua listagem das pré-condições para a contabilidade racional, a organização de uma empresa capitalista implica a existência de pessoas que estejam capacitadas juridicamente e tecnicamente para exercer certa atividade, assim como precisa que tais pessoas se vejam "obrigadas a vender livremente sua força de trabalho no mercado" (WEBER, 2006; p.15). Sem idealismos, prevê que o capitalismo jamais oferecerá a igualdade plena a todos seus participantes, apesar de assumir que, através do predomínio dessa instrumentalização racional, haverá obrigatoriamente um aumento significativo na proporção de empregos intelectuais ou semi-intelectuais. Ou seja, cada vez mais haverá a necessidade de técnicos, de administradores, de trabalhadores que tenham qualificação. Todos precisam saber ler e escrever para poder fazer parte dessa sociedade. Porém, não há caridade nem fraternidade nessa concepção; somente o desdobramento da racionalidade formal sobre todos, no qual o "outro", como já vimos, deixa de ser o irmão e passa a ser competidor ou meio de alcance de fins.

2.B.2.2

Schumpeter e a "*criative destruction*"

Se Weber já apontava para o entendimento do empreendedor como principal e necessário agente para a existência da empresa moderna, veremos no pensamento de Joseph Alois Schumpeter o estabelecimento de novos parâmetros para se entender tanto o papel do empreendedor quanto a estruturação do mercado e, portanto, da empresa.

Anteriormente já dissemos que Weber propõe a noção de que o mercado moderno teria como seu principal meio de regulação o preço, sem, no entanto, aprofundarmo-nos muito em outras questões relativas a esse tema. Estudos como "*Market Structure and Innovation*" de Morton Kamien e Nancy Schwartz

(KAMIEN & SCHWARTZ, 1982), percebem que as proposições do sociólogo alemão indicam um primeiro rompimento com as teorias clássicas, como as de Malthus e John Stuart Mill, que supunham que os mercados tendiam a um equilíbrio estável. Em Max Weber, a ideia de inovação já tem alguma relevância, porém a ela caberia o papel de criação de distúrbios transitórios, através dos quais seriam eliminados os concorrentes menos capazes, que seriam sucedidos por novo período de equilíbrio.

Schumpeter, no início do século XX, substitui definitivamente, com sua teoria da competição através da inovação¹⁷, a posição clássica por um entendimento do avanço tecnológico como um processo contínuo.

Retratando com maior amplitude o papel que os agentes econômicos teriam no avanço tecnológico, aproxima-se de Weber no entendimento do protagonismo do empresário dentro desse processo de renovação contínua e da possibilidade da sobrevivência dentro do mercado capitalista. Definindo-o como aquele que cria novas combinações – “aquele que vê como responder a necessidades não atendidas ou percebe um meio mais eficiente de fazer o que já vem sendo feito” (KAMIEN e SCHWARTZ, 1982; p.8 – livre tradução do autor) - Schumpeter, no entanto, entende que inventor e empresário não necessariamente se fundem. As definições de invenção e de empreendedorismo são distintas. Embora possam ocorrer num único indivíduo, o inventor não precisa ser empreendedor (no sentido econômico da palavra) e nem o empresário precisa ser um inventor. Porém, a possibilidade de desfrutar de uma invenção, obrigatoriamente, implica o empreendedorismo.

A conjugação empresário-inventor produz um ciclo de ganhos bastante distinto de outras relações entre produto e sua produção. Afinal, o sucesso do produto resultante da invenção recompensa o empreendedor com ganhos “extraordinários” num primeiro momento. No entanto, é esse mesmo sucesso que atrai a imitação que irá corroer os lucros inicialmente alcançados. Vem, então, o

¹⁷ Por inovação podemos entender todas as atividades, de pesquisa básica – geração de novos conhecimentos sem nenhum uso específico em mente - à invenção – aplicação de conhecimento científico para alcançar um objetivo específico – até o desenvolvimento – refinamento de um protótipo em um novo produto ou processo final - e comercialização, que dá origem a novos produtos ou meios de produção (KAMIEN & SCHWARTZ, 1982; p.2).

“segundo ato do drama”: o encantamento já foi quebrado e novos negócios surgem continuamente impulsionados pela visibilidade de seu próprio lucro. Uma completa reestruturação daquela indústria ocorre, com um aumento de produção, luta por competitividade, superação de formas obsoletas de negociar, demissão de funcionários e daí por diante (MACDONALD, 1965). Esse seria justamente o tema principal da teoria schumpeteriana: o conflito entre a atividade empresarial e a possibilidade de uma competição perfeita, que segundo ele implica a eliminação imediata de lucros excessivos através da imitação. Para o economista, jamais houve uma era na qual se estabelecesse o predomínio de uma competição perfeita em um mercado capitalista. E mesmo que essa possível condição de perfeita competição pudesse ser alcançada, ela não seria desejável, visto que levaria a um estado de equilíbrio estacionário que se anteporia à necessidade de constante renovação do ambiente econômico (KAMIEN e SCHWARTZ, 1982; p. 9).

Percebe-se, então, que Schumpeter parecer partilhar com Weber o entendimento de que não há espaço no mercado capitalista para estabilizações. Porém, dele se afasta no entendimento de como tal mercado estruturaria seu processo competitivo. Enquanto Weber acha que o foco está na competição por preço, Schumpeter percebe

“a realidade capitalista como distinta de sua imagem livresca, não é esse tipo de competição (a baseada somente no preço) que conta, mas a competição pelo novo commodity, a nova tecnologia, a nova fonte de suprimento, o novo tipo de organização – competição que determina um custo decisivo ou uma vantagem qualitativa e que pontua não na margem de lucro e outputs das empresas existentes, mas sim em suas fundações e na possibilidade de sua sobrevivência”¹⁸.

Ou seja, o alcance de um preço menor para o produto ou prestação de serviço não é garantia de se estabelecer no mercado. O processo de renovação através da inventividade, chamado por Schumpeter de “*creative destruction*”, pode garantir ganhos circunstanciais muito acima dos realizados pelo mercado, pela introdução de produtos, que por sua nova formulação, se colocam como

¹⁸ SCHUMPETER, J.A. *Capitalism, socialism and democracy*. NY: Harper&Row, 1975, p. 84. APUD KAMIEN, Morton e SCHWARTZ, Nancy. *Market structure and innovation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 9. Livre tradução do autor.

vantajosos, mesmo que seus preços sejam mais altos que os similares existentes no mercado.

Esse empresário, que é o agente da criação destrutiva, não corresponde ao “tipo ideal” do protestante ascético de Weber. Para Schumpeter, ele é alguém absolutamente normal, tendo como único diferencial sua competência enquanto empreendedor, podendo surgir em qualquer lugar, sem estar ligado necessariamente a uma raiz ético-religiosa. O inovador não tem que enfrentar e desmontar oposições éticas – o que não implica ausência de resistências – mas, ao contrário, ele é inspirado pela combinação de valores, ideais e atitudes herdados do seu passado recente, sendo que, com alguns desses, ele continuará a conviver.

Apesar da diferença acima apontada entre o “tipo ideal” que tem sua origem no protestante ascético e o homem comum inovador, percebe-se que ambos são construídos como detentores de grande força e energia, sem que sejam obrigatoriamente possuidores de grandes recursos financeiros iniciais. Como percebe Macdonald, “uma personalidade fora do comum”, “clareza de visão e habilidade para agir” (WEBER, 2004; p.60), propostas por Weber, podem ser perfeitamente entendidas como positivamente correlatas às descrições do inovador com “capacidade de tomar decisões” e visão para “ver com antecedência” feitas por Schumpeter¹⁹. Inverte-se, assim, em ambos, a visão marxista que coloca o homem com capital gerando negócios, preferindo propor que o homem que gera negócios consegue o capital, e rompe-se com a visão do empreendedor como alguém puramente guiado pela ganância que predominou na segunda metade do século XIX (MACDONALD, 1965).

Somando-se o longo preâmbulo construído até aqui neste subcapítulo à definição de modernidade que serve de referência teórica a esta pesquisa, constrói-se um entendimento de capitalismo como uma crescente racionalização de todas as relações socioeconômicas no mundo ocidental na qual lentamente se estabelece uma standardização e rotinização de todas as atividades da vida. As relações passam a ser impessoais e instrumentais; são relações meio-fim. O trabalho, o entendimento da realidade que nos cerca, a vida familiar, tudo é

¹⁹ SCHUMPETER: **Imperialismo**, p.121.

submetido a um processo onde se elimina o máximo possível da transcendência medieval, que em parte permanecera durante o período classicista, e se estabelecem vinculações de vontade e autoridade constituídas através do uso da razão. Propõe-se para o homem ocidental, então, não igualdade nem facilidades, mas um aumento do grau de consciência que lhe proporcionaria uma maior autonomia e certa liberdade. No entanto, o que daí resulta não são certezas. A liberdade oferecida é a liberdade de escolher, donde podem resultar tanto benefícios quanto danos. É uma ética de responsabilização, que elimina a moral fraterna.

No âmbito econômico, a responsabilização do indivíduo passa a exigir que toda sua ação seja regida por cálculos rigorosos, sem o que as perdas de recursos e de energia seriam enormes.

Define-se, então, a empresa moderna capitalista como aquela que tendo um empreendedor à frente, sendo legalmente autorizada e legalmente controlada por leis do Estado Racional, contabiliza todos os custos de maneira sistemática para garantir sua sobrevivência no mercado, onde a demanda é definida pelos desejos ou necessidades do cliente. Conseguir preços mais baixos ou produtos/serviços inovadores é o meio que garante a permanência das empresas.

2.B.3

A racionalidade capitalista e a organização do trabalho na empresa moderna, a regulamentação do trabalho pelo estado racional

Na busca do aprimoramento racional de sua empresa de modo a lhe garantir o controle dos meios de produção, administração e circulação de seus produtos, o empresário industrial introduz uma dura modificação na organização do trabalho. Essa organização implica não somente uma divisão entre setores da economia (seguindo uma tendência à especialização, proveniente da classificação racional do mundo em esferas distintas), mas, principalmente, outra forma de divisão que é interna à empresa: uma divisão racional do trabalho. Essa divisão ficará conhecida como organização científica do trabalho.

Tal organização é esboçada lentamente desde que a produção manufatureira deixa de ser uma atividade improvisada ou respondendo a procedimentos definidos arbitrariamente e passa a buscar uma ordem de especialização, formalizando-se através dos estudos de Frederick Taylor. Em sua obra, que sistematiza uma “*Ciência do Trabalho*” e a “*Seleção e Desenvolvimento Científicos do Empregado*”, percebemos que a todas suas definições subjaz a ideia de responsabilização através do controle racional das ações. Ao definir o princípio de “*Desenvolvimento de uma Ciência do Trabalho*”, por exemplo, propõe que a investigação científica das rotinas fabris poderia gerar “dias típicos de trabalho de modo que a) os chefes não possam se queixar da incapacidade de seus operários; b) estes saibam exatamente o que se espera que eles façam” (LODI, 2003; p.31).

De maneira esquemática podemos dizer que o taylorismo se assenta em alguns procedimentos ou princípios para tornar o trabalho mais eficaz, aumentando o rendimento:

“a seleção dos operários; a aplicação, a única maneira de executar uma tarefa, que deve ser imposta ao operário; a especialização, isto é, a limitação da variedade das tarefas, a subdivisão do trabalho em elementos simples que se encadeiam; a aplicação de um método de observação rigoroso; as responsabilidades da direção na preparação do trabalho” (LODI, 2003; p.32).

Destarte, estuda-se cada ato envolvido nos processos produtivos, partindo-se da análise do trabalho individual do empregado na oficina e alcançando até a direção da fábrica. Nesse sistema, os operários não qualificados se “especializam” numa tarefa, que eles executam em um ritmo imposto. A especialização seria uma limitação de variedades de tarefas e a subsequente subdivisão do trabalho em elementos simples que se encadeiam. Concomitantemente, propõe-se todo um sistema de observação rigoroso para impedir que a ordem seja quebrada.

Em resumo, a disciplina torna-se objeto da ciência e o indisciplinado alvo de todas as atenções.

Como percebeu Foucault²⁰, esse processo, que tem como objetivo final tornar o corpo humano um instrumento eficiente e obediente, começa exatamente pela descoberta desse corpo como objeto e alvo do poder. Inicialmente, busca-se a submissão a uma disciplina rígida para depois transformá-lo em um corpo útil. Escolas, quartéis e hospitais, primeiros espaços onde tal sistematização da disciplina se impõe, são seguidos pelas recém-criadas fábricas, no final do século XVIII (FOUCAULT, 2008; p. 122).

Diante da concentração de forças que a organização fabril representava, a disciplina e a divisão racional de tarefas se tornaram o meio mais eficiente de tirar o máximo de vantagens e neutralizar os inconvenientes - roubos, descontinuidade na produção, rebeliões (FOUCAULT: 2008; p.123). Ou seja, o racionalismo de dominação weberiana, onde tudo se coisifica, se transformando em "meio" para a consecução de um fim, alcança finalmente o corpo humano na plenitude de sua ação produtiva. O mesmo ocorre com a ética da responsabilização preconizada por Weber, que se estabelece através do “quadriculamento individualizante”²¹ do processo de produção, no qual o indivíduo é isolado, localizado e responsabilizado pelo funcionamento de seu “posto”. Com isso, vemos se estabelecer definitivamente uma administração “científica” para a empresa moderna.

Muito importante para este texto é a percepção de que a partir dos princípios taylorianos de esquadramento, classificação e localização precisa de cada ação dentro da planta produtiva, determina-se uma dura separação entre engenharia e escritório dos métodos (que planeja e supervisiona a fabricação e distribuição dos produtos) – que passam a assumir o nome de escritórios-, e a montagem e manutenção qualificada das máquinas (que fornece o instrumental mecânico) e a execução desqualificada (as cadeias de montagem) – que são pensadas como a planta fabril.

Essa base lógica de decomposição das tarefas em unidades simples e de cronometragem tornou-se o principal método de controle do trabalho na sociedade

²⁰ Aqui nos referimos principalmente à obra *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008).

²¹ Expressão usada por Foucault (FOUCAULT, 2008; p.124).

industrial e permanece em aplicação na maioria das empresas, pelo menos até anos recentes (BENKO: 1999).

Vale descrever igualmente o fordismo, que constitui uma forma organizacional distinta do taylorismo, apesar de ter nascido da lógica que o estrutura. Recebendo o nome de seu conceitor, Henry Ford, tem como grande diferencial a criação do princípio da cadeia contínua, que implica submissão à cadência do conjunto máquina. Por outro lado, introduz a ideia de que deve haver padronização das peças e dos produtos para a fabricação de produtos baratos, únicos suscetíveis de se venderem em grande quantidade a preços acessíveis. Ford preconiza a concessão de salários elevados para desenvolver a produção em massa pelo consumo em massa. Assim o fordismo ultrapassa o simples domínio da organização do trabalho e corresponde a uma lógica particular de crescimento no nível macroeconômico: a aplicação de uma articulação funcional entre produção em massa e consumo em massa. Portanto, é um modo de regulação que repousa na manutenção de forte aumento da produtividade, condição necessária para aumento da demanda sem baixa das taxas de lucro (BENKO, 1999).

Por fim, pensaremos rapidamente na estabilização de leis específicas para controlar o trabalho e as empresas modernas.

Como essa nova organização “repousa em princípios gerais de organização do trabalho e de uso das técnicas que se podem chamar de paradigma tecnológico”²², onde o principal fator de permanência da empresa no mercado é sua competência em satisfazer as demandas através de uma competição de preços ou de inovação de produtos, tornou-se necessária a intervenção do Estado Racional buscando, através de mecanismos reguladores - ou seja, de um conjunto de formas institucionais, de normas implícitas ou explícitas -, assegurar a compatibilidade dos comportamentos na esfera de um regime de alta competição com o estado das relações sociais. “Essas formas de regulamentação referem-se em particular à formação dos salários, da quantidade de horas trabalhadas por dia

²² Segundo Benko, paradigma tecnológico seria um conjunto de soluções para problemas tecnológicos definidos segundo uma base de princípios científicos e tecnologias materiais selecionados. (BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização** – na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999. p.243)

e às modalidades de concorrência entre as empresas, aos mecanismos de criação de moeda e do crédito” (BENKO, 1999; p.243).

Afinal, a instabilidade constante do capitalismo, as turbulências dos mercados, os redirecionamentos apressadas dos investidores, a súbita ascensão e o colapso pertinentes à “destruição criativa” schumpeteriana, o movimento das fábricas, a migração em massa de trabalhadores em busca de melhores empregos ou de qualquer emprego; essas imagens da energia do capitalismo, que permearam o século XIX e XX, exigiram do estado a criação de instrumentos de proteção ao trabalhador e de regulação à ação das empresas. Sem eles, nem as empresas teriam facilmente estabelecido parâmetros de ação e sequer os trabalhadores teriam aderido ou conseguido sobreviver à implementação desse novo tempo militarizado que está no cerne do capitalismo, como propõem Foucault²³ e Sennett²⁴. Um tempo que reflete o espraiamento do “racionalismo de dominação” weberiano; tempo de longo prazo, cumulativo e, acima de tudo, previsível. Esse tempo burocratizado racional se impõe tanto às empresas e instituições em geral quanto ao indivíduo. Ele possibilita definir não só todas as fases do processo produtivo, mas, também, como deveriam ser as etapas de uma carreira profissional, estabelecer percursos de prestação de serviços numa empresa, metas a serem atingidas, permitindo, inclusive, que trabalhadores braçais planejem suas vidas e suas futuras aquisições - a casa própria, por exemplo. “No fluxo do mundo real, especialmente no fluxo dos negócios, a realidade não obedecia a um plano, mas agora a possibilidade de planejar definia o reino da ação e do poder individuais” (SENNETT, 2006; p.34).

Esse tempo militarizado, no entanto, não se estabelece sem resistências. Apesar de nos parecer natural, a partir de nosso olhar contemporâneo, para o homem da época a imposição de horários rígidos por parte das fábricas, de posições preestabelecidas, da repetição monótona de gestos e ações, de planos de vida mais previsíveis, foram recebidos, justificadamente, com desconforto e desconfiança. Somem-se a isso os excessos nas jornadas de trabalho e as condições, por vezes, insalubres dos ambientes onde os operários passavam 12, 14

²³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** – Nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

²⁴ SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

horas por dia. Assim, a ação do estado racional vem não só para proteger trabalhadores e regular mercados (a sociedade, enfim), mas também como instrumento de persuasão, que visavam seduzir os mais desconfiados a aderirem à “jaula de ferro” que claramente se estabelecia naquele momento.

2.B.4

O Escritório

Importante destacar inicialmente que o termo escritório, *office* na língua inglesa, não surge unicamente no final do século XIX. Historicamente, desde o período romano, pode-se achar referências a locais específicos para estudos ou trabalhos de escrita com nomenclaturas que remetem aos escritórios modernos – *officium*. O termo não necessariamente se referia a um espaço, mas também poderia representar uma função ou mesmo uma peça de mobiliário onde os magistrados trabalhavam. Ao longo dos séculos, termos próximos passaram a designar a sala de estudos ou de guarda de documentos, sendo aos poucos confundidos com o termo biblioteca (KLEIN, 1982). Vale ressaltar também que seu uso não fica restrito às organizações fabris ou de serviços dela derivados - que são para este trabalho a forma de maior interesse - mas, sim, com o advento da sociedade industrial, o crescimento das cidades, dos serviços, dos transportes, com a intensificação do comércio, o termo escritório expande-se das fábricas para designar setores de controle administrativo de estações de trem, de bancos, das incipientes companhias de comunicação (telefonia e telégrafo), bancas de advogados, de contadores, tornando-se, portanto, sinônimo de local de trabalho administrativo.

Podemos, então, conceituar escritório como uma organização de trabalho, específica da economia capitalista, derivada do processo de trabalho das fábricas. Para sermos mais precisos, o escritório é resultado dos procedimentos denominados de taylorismo, nos quais se especializa todas as fases e áreas da produção, através de uma operação racional discricionária, de esquadrinhamento, separação, classificação e reorganização. A empresa passa a ser entendida como

um sistema complexo, no qual todos trabalham juntos obedecendo a planos previamente estabelecidos.

A taylorização do trabalho, que normatizou todos os processos buscando possibilitar amplo controle e eliminação dos empecilhos a uma produção veloz e eficiente, fragmenta a empresa em departamentos que por sua vez subdividem-se internamente. Vemos se constituir, dentro da empresa, uma gigantesca estrutura vertical que separa claramente aqueles que executam as tarefas de produção daqueles que as planejam e controlam. Essa separação não é somente física como também hierárquica. A definição desse conjunto de funcionários treinados para planejar, controlar e contabilizar a produção recebe o nome de escritório e ganha um *status* diferenciado dos demais setores que executam as tarefas.

Ocorre, portanto, uma reorganização da divisão social do trabalho com o setor secundário, politicamente e economicamente hegemônico, absorvendo partes do setor terciário, criando o escritório central da fábrica. Com o crescimento e sofisticação do setor industrial, acrescido dos avanços nos meios de transporte e comunicação, o escritório e a produção puderam ser divididos em locações distintas. As fábricas foram afastadas para os subúrbios, onde havia áreas maiores e de menor custo disponíveis; os escritórios, assumindo-se como nova tipologia especializada, permaneceram nos grandes centros urbanos que passaram a concentrar atividades comerciais e de serviços (AMARAL, 2011). Como dito, essa forma organizacional, posteriormente, se estenderá para outras empresas não diretamente conectadas à produção industrial fabril, alcançando as atividades do direito, de comércio, de contabilistas, etc.

Paradoxalmente, a administração taylorista não se estabelece prontamente na organização interna aos escritórios. Enquanto as plantas de produção das fábricas já obedecem aos procedimentos lógicos de Taylor, os escritórios (mesmo aqueles que funcionam como departamentos de fábricas) demoram a se enquadrar nos processos racionalizantes. No entanto, ao alcançá-los, a “administração científica” traz profundas alterações, tanto para os métodos de trabalho quanto para o próprio espaço físico.

O trabalho do escritório assume, então, o controle de tempo, a determinação metodológica, a imputação de responsabilidades, a definição de perfil de funcionários e de tipo de instrumental a ser utilizado para cada tarefa. A matematização do corpo, via geometrização do espaço, leva a definições de padrões ergométricos para tudo que se manuseia. Materiais e procedimentos são todos organizados e classificados, visando um controle de processos e resultados através da contabilização racional de tempo e custos para cada ação.

Todo o trabalho passa a ser mensurado e a receber determinações de padronização através do estabelecimento de modelos. A padronização impõe um novo ritmo que introduz um tempo definido cientificamente: o relógio de ponto associado à ação coerciva da produção em cadeia - onde o trabalho do outro depende da completude do seu. As instruções verbais, que exigiam a memorização dos pormenores, são substituídas por “memorandos, ordens de produção, comunicações internas, estatísticas de custos, contas de controle, horários de trabalho e horários de descanso” (GALLOWAY, Apud AMARAL, 2011), à medida que aumentam as subdivisões do trabalho e a complexidade organizacional. A função do escritório, sob a supervisão do gerente, é “criar estratégias e projetos, e registrar métodos e sistemas para desempenho da função de controle e coordenação de todas as etapas de produção” (Ibidem) numa sociedade industrial.

Ou seja, o escritório responde às imposições da modernidade descrita por Max Weber, estruturando-se como participante ativo do processo capitalista de crescente estandardização e rotinização de todas as atividades, que constitui um meio eficaz contra a irracionalidade.

Podemos deduzir, portanto, que, além do controle por preceitos racionais da organização física e das ações, as relações humanas, que envolvem o escritório, assumem um caráter impessoal e instrumental - tendo o mérito profissional como maior balizador. Laços consanguíneos ou de amizade são substituídos por competência para ocupar cargos; logo, a responsabilização de cada um pelos resultados alcançados através de suas ações é uma das características da administração de recursos humanos moderna. O mesmo ocorre com a

substituição de princípios morais ou religiosos por princípios legais, técnicos e de contabilidade racional. Admissão e carreira profissional, assim como ganhos e direitos, são determinados pela capacidade profissional dos funcionários e regidas por leis criadas através da institucionalização racional do trabalho. Ou seja, todos os processos se submetem à relação custo-benefício.

Em seu livro “*The Craftsman*”, Sennett diz que “a era moderna é descrita geralmente como uma economia especializada (*skills economy*)” (SENNETT, 2008; p.37). Como o termo *skill* em inglês tem significados múltiplos, podendo ser entendido como habilidade, prática ou especialização através da prática contínua²⁵, podemos assumir que Sennett estava propondo que o profissional moderno abandona qualquer caráter de excepcionalidade ou genialidade para, racionalmente, submeter-se a um processo de treinamento. Destarte, na secularizada sociedade moderna, onde o escritório se insere, não há mais espaço para o gênio (tocado pelo divino), para o narcísico indivíduo inspirado (em que um talento inato substituiu o treinamento racional) ou para o virtuosismo. Como todo trabalho moderno é resultado de um somatório de ações desenvolvidas em cada posto por um trabalhador especializado, cujo objetivo é manter-se, o mais possível, dentro de princípios de padronização e standardização, o bom resultado final (a eficiência do escritório) é diretamente relacionado à qualidade da equipe participante do processo e à intimidade que ela possui com os processos de fabricação. A individualização criativa perde seu poder de autoridade na sociedade industrial moderna - pelo menos no que concerne aos processos de produção.

No escritório moderno, a autoridade se estabelece por uma divisão vertical (hierarquia) e outra horizontal (departamentalização), onde o poder máximo está concentrado na figura do empreendedor, a quem cabe definir rumos e estratégias para que a empresa sobreviva no mercado, conseguindo manter preços competitivos e/ou produtos/serviços que surpreendam positivamente seus clientes. A autoridade do empresário e dos demais que ocupam cargos de liderança não é proveniente da mistura de ingredientes rituais, religiosos e

²⁵ HOUAISS, A. (edit.). **Dicionário Inglês-Português**. Rio de Janeiro: Edit. Record, 1982.

familiares, como acontecia na figura do mestre medieval, tampouco de uma genialidade pessoal e intransferível, característica do homem renascentista. A autoridade moderna surge da capacidade de decisão e dedução de novos caminhos a partir do estudo das experiências alheias e através de sua própria experiência. Somam-se a isso a competência de organizar e liderar o grupo e, acima de tudo, os resultados que a empresa alcança. Como a empresa é voltada para a satisfação das necessidades do mercado, torna-se plausível aceitar que a autoridade do empreendedor vem da sua capacidade de criar estratégias de concepção de produto e de administração de custos que respondam diretamente às necessidades dos clientes.

Pode-se igualmente deduzir que o planejamento do escritório procura responder tanto aos princípios produtivos racionais, quanto à viabilização de uma produção massiva, proposta por Ford. Essa concatenação entre standardização e produção em grande escala parece definir, então, o dimensionamento da empresa moderna: para atender a uma produção em grande escala, precisa-se de grandes empresas.

Grande parte da definição de escritório acima posta é bastante “livresca”, retomando uma expressão de Richard Sennett, em “A cultura do Novo Capitalismo”. Afinal, quando se trata de modernidade e, em especial, quando se trata de empresas conectadas diretamente ao instável e pulsante mercado capitalista moderno, toda caracterização que ultrapasse suas conexões com o desdobramento do racionalismo de dominação e sua interdependência com o mercado, corre o risco de se tornar mera idealização, fazendo com que se incorra no possibilidade de engessar algo que sempre se mostrou vivo e em constante transformação.

Assumindo, então, essa energia instável do capitalismo como guia e retomando-se Weber, podemos pensar a sociedade moderna capitalista como uma categoria genérica que engloba diferentes tipos de sociedades industriais; permitindo, portanto, diferenciações regionais e variações de hierarquização que respondem a questões de cada tempo e local. Em comum, elas têm o predomínio de um processo de racionalização, que acaba por determinar um deslocamento do

papel da religião (secularização, determinando uma modernização social), uma alteração na estruturação do estado (modernização político-administrativa) e o estabelecimento de processos econômicos racionais onde o alcance de preços e de produtos competitivos e atraentes para o mercado são as principais molas propulsoras, mas não as únicas.

Os mecanismos econômicos modernos não criam equilíbrio e harmonia, mas, em direção oposta, tendem a criar ciclos de constante rompimento, crescimento e decadência. No mundo moderno, as circunstâncias culturais, econômicas e mesmo biológicas e psicológicas atingem cada ser humano de maneira diversa e levam-no a vivenciá-las diferentemente de seu vizinho e diferentemente de como a geração anterior as percebeu. Como propõe Sennett, a modernidade se caracteriza pelo rompimento da unidade da experiência humana, colocando como única certeza universal a mudança constante de tudo (SENNETT, 1980; p.9). Ou seja, há muito mais contradição do que uniformidade e regularidade. O que aceitamos é que o fulcro desse movimento é um desdobramento de certa racionalidade sobre o mundo, que tudo instrumentaliza para o alcance de fins.

Weber percebeu claramente tamanha instabilidade e para fazer leituras pertinentes sobre essa modernidade tão movente buscou tirar de um determinado conjunto de fatos recorrentes uma ordem conceitual abstrata, aceitando o caráter circunstancial da realidade na qual tal ordem se estabelecia. Essa operação ele denominou de criação de tipos ideais.

Assume-se então, aqui, que grande parte das descrições acima feitas são tipos ideais; como é uma ideação, também, a estruturação da sociedade industrial como tendo uma tendência à eliminação paulatina do número de trabalhadores autônomos – a própria realidade do final do século XX²⁶ já demonstrou que tal posicionamento teórico se fez verdadeiro na experiência norte-americana, mas não na experiência alemã, francesa e japonesa²⁷; assim como é uma ideação a plena

²⁶ Dados constantes em CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. S.Paulo: Paz e Terra, 2008. p.285.

²⁷ Nesse sentido é interessante notar, como afirmou Castells, embora a maior parte da força de trabalho das economias avançadas seja assalariada, a diversidade dos níveis, a irregularidade do

racionalização das relações profissionais, comprovada ao se perceber a permanência com sucesso, dentro do mercado capitalista, de empresas familiares e mesmo de empresas artesanais que acabam por responder à demanda de serviços ou produtos que não interessam às empresas industriais ou que só podem ser viabilizados fora do regime industrial (ARON, 1981). Ou seja, o mercado, de maneira abrangente, não exige que seus fornecedores se organizem obedecendo a padrões previamente estabelecidos. Há lugar para todas as formas de ação, visto que a motivação para o fechamento de um contrato será sempre a adequação do serviço a ser prestado pelo escritório às necessidades do cliente, mediante garantias racionais.

Portanto, paradoxalmente, terminamos esse capítulo assumindo o caráter de tipo ideal para a definição de escritório alcançada e propondo que ela servirá somente como parâmetro para as análises que se seguem. Afinal, como dito, não se quer engessamentos e tampouco a determinação graus de modernidade. Frente à noção de modernidade como processo contínuo estabelecido como uma revolução de consciência individualizante do homem moderno, não faria sentido buscar determinar quem ou que tipo de ação seria mais ou menos moderna. Assume-se que a posição mais pertinente é a de construir leituras das prováveis respostas a essa modernidade. Sejam elas positivas ou negativas, mas, como imersas no processo, sempre modernas.

Com efeito, propõe-se um problema delicado quando se procura compreender a especificidade das ações no século XX. A modernidade dominante, apesar de eternamente movente e em transformação, mantém seus traços essenciais da ética racional disciplinadora e repressiva puritana: a “jaula de ferro”. Como intuiu Weber, essa modernidade não levará nunca a uma ordem social reconciliada, a nenhum paraíso final. Assim sendo, ações que, num primeiro momento, parecem ser arcaísmos podem igualmente ser entendidas

processo e a reversão da tendência em alguns casos demandam uma visão diferenciada da que Weber tinha no início do século XX. “Poderíamos até mesmo formular a hipótese de que conforme o avanço do capitalismo a plena flexibilidade se tornou a característica da nova organização industrial”, possibilitando que pequenas empresas encontrem nichos de mercado e que o trabalho autônomo mantenha sua importância (CASTELLS, 2008).

como testemunhos de resistência; ações que indicam adesão podem ser lidas igualmente como uma tentativa de reformulação de dentro para fora; ações que parecem estabelecer espaços de liberdade podem ser apenas permissões do próprio sistema. Afinal, a sociedade moderna é sempre múltipla e, em seu seio, por sua própria estruturação racional e auto reflexiva, se articulam aceitações e recusas, revoluções e destruições, liberdades e limitações.